

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

LUCCA SIMEONI PAVAN
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

LUCCA SIMEONI PAVAN

(Organizador)

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-32-1 DOI 10.22533/at.ed.321181109 1. Economia. 2. Política econômica. I. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é um ramo científico diferente dos demais. Ela se enquadra em uma ciência de núcleo duro, em que as técnicas matemáticas e estatísticas dão suporte ao seu desenvolvimento teórico e aplicações empíricas, entretanto, o estudo da economia não se limita somente a este núcleo. Dado que seu objeto de estudo são as interações humanas, ela não permite a aplicação cega de conceitos puramente matemáticos. Isso acontece por que o ambiente econômico não é um laboratório onde podemos controlar todos os fatores que possam interferir nos resultados de determinado estudo, fato possível na física e na química por exemplo.

A sociedade possui relações extremamente complexas que são impossíveis de serem reproduzidas com a exatidão necessária às ciências exatas. Porém, é com esta complexidade das relações humanas que a ciência econômica busca lidar. Para isso, ela se baseia em uma metodologia própria que visa equilibrar a exigência e rigor das ciências exatas com a complexidade e subjetividade das relações humanas.

Várias formas de abordagem científica fazem parte do contexto da ciência econômica, como estudos histórico-filosóficos e pesquisas aplicadas. Atendendo à essa diversidade existente na ciência econômica, este livro reúne os mais variados trabalhos, seja no que se refere à técnica de estudo utilizada ou o tema de pesquisa abordado. Digo isso para ressaltar a relevância desta coletânea de artigos, mostrando os mais variados temas e formas de se investigar os fenômenos associados ao ambiente econômico.

O livro não está organizado conforme um único critério, dada a diversidade de temas e métodos que ele apresenta. Aqui o leitor poderá encontrar artigos que usam a metodologia de economia regional e econometria espacial para estudar a relação entre “bancarização” e desenvolvimento econômico, por exemplo. Questões sobre o comércio com outros países também são abordadas usando esta metodologia. Questões de tributação e financiamento do desenvolvimento também são tratadas nos artigos incluídos nesta edição.

Alguns trabalhos aplicados que usam técnicas econométricas também estão contidos neste livro. Os temas também são diversos, sendo relacionados ao setor agropecuário na forma de análise de preços de commodities ou da produção do setor agropecuário. A questão ambiental também se insere dentre os temas abordados, seja na forma de estudos de viabilidade de geração de energia ou de estudos sobre inovação e gestão organizacional no setor de produção de combustíveis.

Neste livro constam trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, do Sul ao Nordeste, mostrando que além da diversidade de temas e métodos, a ciência econômica está bem difundida no território nacional e contribui com o desenvolvimento de todas as regiões do país.

Por fim, desejo ao leitor um bom proveito dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a qualidade dos artigos selecionados e a diversidade de temas e métodos

utilizados. Com certeza este livro servirá de suporte para muitos pesquisadores que estejam inseridos na mesma área de pesquisa dos artigos aqui contidos. Sem dúvida os trabalhos servirão de inspiração para novos pesquisadores em economia ou como complemento nos estudos em andamento.

Lucca Simeoni Pavan, Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A “BANCARIZAÇÃO” E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM ESPACIAL PARA O ESTADO DO PARANÁ	
<i>José Rodrigo Gobi</i>	
<i>Pietro André TelatinPaschoalino</i>	
<i>Luiz Guilherme de Oliveira Santos</i>	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>José Luiz Parré</i>	
CAPÍTULO 2	20
DETERMINAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ESTADO DO PARANÁ: APLICAÇÃO DA TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO	
<i>Andréia Ferreira Prestes</i>	
<i>Renata Cattelan</i>	
<i>Marcelo Lopes de Moraes</i>	
CAPÍTULO 3	40
EFEITO DO GERADOR E TRANSBORDAMENTO DE IMPOSTOS INDIRETOS NA ECONOMIA DE SANTA CATARINA EM 2004	
<i>Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues</i>	
<i>Auberth Henrik Venson</i>	
<i>Marcia Regina Gabardo da Camara</i>	
<i>Paulo Rogério Alves Brene</i>	
<i>Umberto Antônio Sesso Filho</i>	
CAPÍTULO 4	59
O FNE COMO FONTE FINANCIADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Wesley Santos</i>	
<i>Elmer Nascimento Matos</i>	
CAPÍTULO 5	76
O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
<i>Tatiani Sobrinho Del Bianco</i>	
<i>Jandir Ferrera de Lima</i>	
<i>Camilo Freddy Mendonza Morejon</i>	
CAPÍTULO 6	98
A RELIGIÃO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ DE 1991 A 2010	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>Ednaldo Michellon</i>	
CAPÍTULO 7	119
TRANSMISSÃO ASSIMÉTRICA DE PREÇOS: O CASO DO MERCADO DE ETANOL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO PARANÁ	
<i>Lucca Simeoni Pavan</i>	
<i>Alessandro Garcia Bernardelli</i>	
CAPÍTULO 8	135
ANÁLISE DO NÍVEL DA ATIVIDADE AGROPECUARISTA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
<i>James José de Brito Sousa</i>	
<i>Alysson de Brito Araújo</i>	
<i>Maria de Jesus Gomes de Lima</i>	

CAPÍTULO 9	151
AS MICRORREGIÕES DE CHAPECÓ, CONCÓRDIA E XANXERÊ E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL	
<i>Sérgio Begnini</i> <i>Lirane Elize Denfante Ferreto de Almeida</i>	
CAPÍTULO 10	173
ANÁLISE COMPARATIVA DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA E SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Tatiane Dinca</i> <i>José Carlos Marcos</i> <i>Carlos Alberto Piacenti</i>	
CAPÍTULO 11	190
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – A GESTÃO AMBIENTAL	
<i>Jacks Williams Peixoto Bezerra</i>	
CAPÍTULO 12	213
INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CEARÁ	
<i>Rárisson Jardiel Santos Sampaio</i> <i>Ivanna Pequeno dos Santos</i>	
CAPÍTULO 13	228
CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010	
<i>Ewerton da Silva Quartieri</i> <i>Maicker Leite Bartz</i> <i>Gabrielito Reuter Menezes</i>	
CAPÍTULO 14	240
FENÔMENO OU RAÍZES: A POBREZA COMO PARTE DO BRASIL	
<i>Alex Eugênio Altrão de Moraes</i>	
CAPÍTULO 15	253
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR INFANTOJUVENIL A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ.	
<i>Isabelle Bezerra Bem</i>	
CAPÍTULO 16	268
NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	
<i>Everaldo da Silva</i> <i>Joel Haroldo Baade</i> <i>Rodrigo Regert</i> <i>Adécio Machado dos Santos</i>	
CAPÍTULO 17	282
INSERÇÃO COMERCIAL DO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NORDESTINOS NA RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2015	
<i>Kassia Larissa Abrantes Alves</i> <i>Soraia Santos da Silva</i>	

CAPÍTULO 18	294
O PADRÃO DE INSERÇÃO COMERCIAL E A MUDANÇA NA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000	
<i>Danniele Giomo</i>	
CAPÍTULO 19	301
POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	
<i>Maristela Dumas</i>	
<i>Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza</i>	
CAPÍTULO 20	323
REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES OU GARGALOS LOCAIS A PARTIR DA LEITURA DE ÍNDICES E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
<i>Cláudio Machado Maia</i>	
<i>Myrian Aldana Vargas Santin</i>	
<i>Flávio Antonio Manfrin</i>	
<i>Nemésio Carlos da Silva</i>	
CAPÍTULO 21	339
POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS CASOS BRASILEIRO E SUL-COREANO	
<i>Gabriela Garbi Bissacot</i>	
<i>Robson Luis Mori</i>	
CAPÍTULO 22	362
PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Camila Salvador</i>	
CAPÍTULO 23	382
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA: O CASO DA NATURA COSMÉTICOS	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Daniela Catarina de Borba</i>	
SOBRE O ORGANIZADOR	422

REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES OU GARGALOS LOCAIS A PARTIR DA LEITURA DE ÍNDICES E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Cláudio Machado Maia

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
(Unochapecó)
Chapecó - SC

Myrian Aldana Vargas Santin

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
(Unochapecó)

Flávio Antonio Manfrin

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
(Unochapecó)
Chapecó - SC

Nemésio Carlos da Silva

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
(Unochapecó)
Chapecó - SC

RESUMO: Essa produção textual tem como objetivo, promover uma reflexão sobre os índices de desenvolvimento, utilizados para medir as potencialidades e gargalos dos municípios. Os índices usados nessa reflexão são: o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), com metodologia adaptada aos municípios brasileiros, a partir do IDH Global, o IFD-M (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal), também aplicado aos municípios brasileiros e o IDM-S (Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável), aplicado aos municípios catarinenses. Os indicadores foram obtidos por meio de uma

pesquisa documental com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ) e da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do SEBRAE. Como parâmetro comparativo, utilizaram-se os dados de municípios de pequeno porte localizados no Oeste de Santa Catarina, Flor do Sertão e Cordilheira Alta, utilizando-se como referência os municípios polos e sede das respectivas Secretarias de Desenvolvimento Regional – SDR, de Chapecó e Maravilha. As reflexões apontam para diversas contradições nas comparações entre os índices utilizados, na abordagem das diferentes dimensões municipais avaliadas. Este exercício teórico não tem a pretensão de refletir sobre a confiabilidade dos indicadores, índices e dados oficiais levantados, mas sobre a composição destes diferentes indicadores que resultam nos índices de desenvolvimento aplicados aos municípios e na forma de compilação desses dados, que permitem interpretações difusas da realidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Índices de Desenvolvimento Municipal; Indicadores Municipais; Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: This textual production aims to promote a reflection on the development indices used to measure the potentialities and bottlenecks of municipalities. The indices used in this reflection are: o IDH-M (Municipal Human Development Index), with methodology adapted to the Brazilian municipalities, from the Global HDI, o IFD-M (Firjan Municipal Development Index), also applied to Brazilian municipalities and IDM-S (Sustainable Municipal Development Index), applied to the municipalities of Santa Catarina. The indicators were obtained through documentary research with data from the United Nations Development Program (PNUD), of the Institute of Applied Economic Research (IPEA) and the João Pinheiro Foundation, the Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro (FIERJ) and the Catarinense Federation of Municipalities (FECAM), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and SEBRAE. As a comparative parameter, the data of small municipalities located in the West of Santa Catarina, Flor do Sertão e Cordilheira Alta, using as reference the municipalities polos and headquarters of the respective Secretariats of Regional Development - SDR, de Chapecó e Maravilha. The reflections point to several contradictions in the comparisons between the indices used, in the approach of the different municipal dimensions evaluated. This theoretical exercise does not pretend to reflect on the reliability of indicators, indices and official data collected, but on the composition of these different indicators that result in the development indices applied to the municipalities and in the form of compilation of these data, which allow diffuse interpretations of the local reality.

KEYWORDS: Municipal Development Indices; Municipal Indicators; Sustainable development.

1 | INTRODUÇÃO

Diariamente são disponibilizados pelos veículos de comunicação e institutos de pesquisa, vários índices e indicadores das mais diferentes dimensões e áreas (sociais, econômicas, político-institucionais, ambientais, culturais, etc.), expressos em siglas. Dentre os vários índices que surgiram nestes últimos anos, estão os denominados índices de desenvolvimento municipal, dos quais destacamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), que consideram diferentes dimensões e variáveis para medir o índice de desenvolvimento de um município.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, é um índice social construído a partir da combinação de indicadores sociais simples, relacionados às áreas de saúde, de educação e de renda, com o objetivo de se contrapor ao indicador do PIB per capita, que tem sido utilizado para mensurar desenvolvimento (PNUD, 2014). Este índice é aplicado em escala global.

Em 2012, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Brasil, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDH-M) dos 5.565 municípios brasileiros, utilizando como cálculo as informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 (ATLAS BRASIL, 2013).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo do Sistema Firjan que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros nas dimensões: Emprego e renda, Educação e Saúde. Foi criado em 2008 e utiliza, exclusivamente, em sua composição, dados estatísticos públicos oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (FIRJAN, 2011).

O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável e de apoio à gestão, construído a partir de uma série de 62 indicadores para avaliar o grau de desenvolvimento de um território, considerando as dimensões sociocultural, ambiental, econômica e político-institucional (FECAM, 2014). Os dados são obtidos através de fontes oficiais, como IBGE e Ministérios, mas também de informações dos municípios catarinenses, por meio de questionário aplicado.

Estes índices são todos criados e sustentados por instituições de grande credibilidade, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ) e a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM).

Neste capítulo, são apresentadas algumas reflexões sobre potencialidades e gargalos, sobretudo, considerando o exercício e a aplicação de alguns indicadores de desenvolvimento municipal, aplicados aos municípios de Cordilheira Alta e Flor do Sertão, com ênfase no Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), utilizado pela FECAM (Federação Catarinense de Municípios) a cada dois anos para avaliar os municípios catarinenses.

Quando menciona-se potencialidades remete-se para uma proposta de planejamento amplo e participativo, com análises aprofundadas de cenários interno e externo, com a utilização de ferramentas como a matriz SWOT (SWOT é um instrumento utilizado para planejamento estratégico, consistindo em recolher dados importantes que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) das empresas), cujo objetivo é identificar as potencialidades locais e o futuro desejado. Para fins desta reflexão, as potencialidades ou gargalos aqui mencionados refletem os aspectos positivos ou negativos das variáveis ou indicadores ou índices que impactam na concepção de desenvolvimento municipal.

A utilização de índices de desenvolvimento municipal divulgados pelas instituições mencionadas remete a vários questionamentos. Qual o papel e a importância e o que representa cada um destes índices expressos em *ranking* de desenvolvimento? Se todos estes índices pretendem demonstrar o grau de desenvolvimento de um município,

porque apresentam resultados distintos entre si e muitas vezes contraditórios? Qual a confiabilidade de cada uma das variáveis utilizadas na composição dos índices de desenvolvimento? Os índices propostos conseguem dimensionar e avaliar adequadamente o desenvolvimento municipal?

Segundo Paiva (2004, p.11), avaliar o potencial de uma região é uma pesquisa complexa, que envolve pelo menos dois momentos, sobretudo, um “diagnóstico preliminar das potencialidades regionais” e “pesquisa de campo, com levantamento primário de dados e informações”. O levantamento primário de informações deve ser precedido de levantamento de dados secundários, que minimamente respondam:

qual(is) a(s) nossa(s) principal(is) suspeita(s) de potencial(is)?; qual(is) o(s) nosso(s) principal(is) suspeito(s) de gargalo(s)?; no caso de haver diversos suspeitos de potencial e gargalo, é possível hierarquizá-los?; o que fica “mal explicado” na análise dos dados secundários?; onde aparecem resultados inesperados, problemas e contradições?; que trabalho de pesquisa seria necessário para o adequado enfrentamento desses problemas e contradições? (PAIVA, 2004, p.13).

Para fins de análise e reflexão abordadas nesta produção textual, utiliza-se a concepção de desenvolvimento de Castro (1995, p.105), “como o processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade”, tendo a autonomia como sua base. Neste sentido, desenvolvimento não deve ser confundido com crescimento. Conforme Haddad (1999):

Isso porque a localização e a implantação de novas atividades econômicas numa região podem elevar seus níveis de produção, de renda e de emprego a um ritmo mais intenso do que o crescimento de sua população, sem que, entretanto, ocorra o processo de desenvolvimento econômico e social. Os valores per capita do produto e da renda se expandem, demonstrando que a região estará vivendo um bom momento, que esta ocorrendo um aumento na quantidade de bens e serviços à disposição dos seus habitantes, mas isto não dá garantias de melhoria na qualidade de vida dos indivíduos (HADDAD, 1999, p.9).

Também para Sen (2000, p.32), as liberdades dos indivíduos são os elementos constitutivos básicos do desenvolvimento. O autor inclui a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a privação social, a repressão do Estado como fatores limitadores do desenvolvimento, destacando cinco tipos de liberdades como meios e fins do desenvolvimento: liberdades políticas, disponibilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

2 | OS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS: A METODOLOGIA

Gil (2002, p.46), destaca a pesquisa documental com a vantagem de ser uma “fonte rica e estável de dados” obtidos de base de dados confiáveis, no “custo” significativamente baixo e por “não exigir contato com os sujeitos da pesquisa”.

As bases de dados utilizadas como fonte desta reflexão e por fazer parte de uma

proposição de pesquisa mais ampliada, foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ - FIRJAN).

Como exercício de análise, apresenta-se os municípios de Cordilheira Alta e de Flor do Sertão, identificados na Figura 1, a seguir. A escolha dos municípios decorre de representarem dois municípios de pequeno porte, situados estrategicamente em entroncamentos rodoviários, que interligam os estados do Paraná e Rio Grande do Sul e sua proximidade da fronteira com a Argentina, fatores estes caracterizados como potencialidades. Além disso, os dois municípios fazem limite respectivamente com os municípios de Maravilha e Chapecó, sendo Chapecó considerada cidade pólo regional.



Figura 1 – Mapa do Oeste catarinense

Fonte: FECAM (2014).

Além de analisar os três índices de desenvolvimento aplicados aos dois municípios e de procurar aplicar o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, são utilizados, para efeitos críticos, dados levantados especialmente junto ao IBGE.

3 | O EXERCÍCIO DE ANÁLISE

Os municípios analisados, Cordilheira Alta e Flor do Sertão, pertencem à Microrregião do Oeste de Santa Catarina e respectivamente à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSOC) e à Associação dos Municípios do Entre Rios (AMERIOS) e às Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) Chapecó e SDR Maravilha.

Na Tabela 1, comparativamente, são apresentados dados gerais que caracterizam os municípios e na Tabela 2 os seus respectivos índices IDH-M, IFDM e IDMS, com a inclusão dos municípios de Chapecó e Maravilha como referência.

Dados gerais	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Área (IBGE/2010)	83.77 km ²	58.71 km ²
Data de criação	30/03/1992	29/09/1995
Data de instalação	01/01/1993	01/01/1997
Lei de criação	8.557 – 30/03/1992	9.922 – 29/09/1995
Município de origem	Chapecó	Maravilha
Municípios Limítrofes	Chapecó, Xaxim e Coronel Freitas	Maravilha, Romelândia, São Miguel do Oeste, São Miguel da Boa Vista, Iraceminha e Descanso
Altitude	768 m	302 m
Latitude – Longitude	26°59'0 - 52°36'1	26°46' - 53°20'
Clima	Mesotérmico úmido, com verão quente e temperatura média de 17,6°C	Clima subtropical úmido (Classificação climática de Köppen-Geiger: Cfa)
População (Censo IBGE 2010)	3.767 habitantes	1.588 habitantes
Densidade demográfica	45,46 hab/km ²	26,97 hab/km ²
Eleitores (TRE-SC/2012)	3.473 eleitores	1.590 eleitores
Prefeito:	Alceu Mazzioni (PMDB)	Rogério Perin (PSD)
Vice-Prefeito:	Clodoaldo Briancini (PSDB)	Nestor Storch (PT)

Tabela 1 - Dados gerais sobre os municípios

Fonte: FECAM (2014); IBGE (2010).

Os dados constantes da Tabela 1 evidenciam um gargalo, especificamente, no município de Flor do Sertão, em que o número de eleitores é muito próximo ao número de habitantes. Identifica-se que mais de 90% de sua população seria eleitora. Quando observa-se a população estratificada por idade (número de habitantes com menos de 16 anos), junto ao Censo (IBGE, 2010), constata-se que mais de 250 pessoas não residem no município (não constam no censo), mas votam no município. Trata-se de um número expressivo, próximo de 20%, que podem decidir a gestão do município, sem participar diretamente no planejamento e vida do município, além de refletir a percepção de uma cidade satélite.

Municípios	Chapecó		Cordilheira Alta		Flor do Sertão		Maravilha					
Índice	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDH-M											
Período	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
IDH-M	0,682	0,790	0,651	0,747	0,588	0,708	0,685	0,781				
Longevidade	0,807	0,871	0,766	0,855	0,735	0,792	0,819	0,886				
Educação	0,551	0,727	0,518	0,662	0,428	0,608	0,570	0,708				
Renda PC mensal	0,713	0,779	0,696	0,735	0,647	0,736	0,689	0,758				
Índice	ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM											
Período	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
IFDM	0,8473	0,8680	0,8766	0,7717	0,7860	0,8006	0,6942	0,6433	0,7222	0,8399	0,8574	0,8653
Educação	0,8228	0,8340	0,8651	0,7259	0,7466	0,8024	0,8100	0,8643	0,8910	0,8603	0,8751	0,8993
Saúde	0,9109	0,9175	0,9240	0,8829	0,9051	0,8812	0,8476	0,8706	0,9409	0,9244	0,9478	0,9419
Emprego/Renda	0,8084	0,8525	0,8408	0,7062	0,7063	0,7181	0,4248	0,1951	0,3347	0,7349	0,7494	0,7546
Índice	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL – IDMS											
Período	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014	2012	2014
IDMS	0,723	0,719	0,662	0,657	0,634	0,678	0,683	0,728				
Sociocultural	0,719	0,748	0,709	0,717	0,765	0,732	0,746	0,757				
Econômica	0,750	0,702	0,765	0,796	0,508	0,704	0,758	0,734				
Ambiental	0,711	0,711	0,516	0,491	0,511	0,486	0,580	0,746				
Político Institucional	0,713	0,716	0,657	0,623	0,750	0,792	0,650	0,676				

Tabela 2—Índices de Desenvolvimento Municipal aplicados (IDH-M, IFDM e IDMS)

Fonte: Tabela organizada pelos autores com base no Atlas Brasil (2013), PNUD (2010).

Em relação aos três índices, constantes da Tabela 2 e objeto desta análise, questiona-se sobre sua utilidade como ferramenta de avaliação ou de *ranking* comparativo ou “competitivo” de desenvolvimento municipal. Para que se possa fazer uma leitura destes índices, observa-se quais as variáveis ou indicadores que compõem cada uma das dimensões consideradas nas respectivas composições, sem aprofundar em sua metodologia de confecção, conforme os Quadros 1, 2 e 3, abaixo.

Dimensão	Indicador
Longevidade	Esperança de vida ao nascer (expectativa de vida)
Educação	Taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos
	Taxa bruta de frequência à escola
Renda per capita mensal	Renda municipal per capita mensal

Quadro 1 – Composição do IDH-M

Fonte: Atlas Brasil (2013).

Dimensão	Variáveis
Educação	Matrículas na educação infantil
	Abandono no ensino fundamental
	Distorção idade-série no ensino fundamental
	Docentes com ensino superior no ensino fundamental
	Média de horas-aula diárias no ensino fundamental
	Resultado do IDEB no ensino fundamental
Saúde	Número de consultas pré-natal
	Óbitos por causas mal-definidas
	Óbitos infantis por causas evitáveis
	Internação sensível à atenção básica
Emprego/Renda	Geração de emprego formal
	Absorção de mão de obra local
	Geração de renda formal
	Salários médios do emprego formal
	Desigualdade (Índice de Gini) – remuneração carteira de trabalho

Quadro 2 – Composição do IFDM

Fonte: FIRJAN (2014).

Dimensão		Indicador	Variáveis
Subdimensão			
Sociocultural	Educação	Qualidade da Educação	IDEB da Rede Pública - Anos iniciais (1º - 5º ano)
			IDEB da Rede Pública - Anos finais (6º ao 9º ano)
			Índice de Analfabetismo
			Existência Conselho Municipal de Educação atividade
			Percentual de Abandono Escolar do 6º ao 9º ano
			Percentual de Abandono Escolar no Ensino Médio
			Taxa de Distorção Idade-série na rede pública
	Cobertura da População em Idade Escolar	Taxa de Atendimento Escolar de 6 a 14 anos (rede pública e privada)	
		Saúde	Cobertura da Atenção Básica
	Percentual Populacional com Cobertura da ESF		
	Recursos na saúde		Proporção de Médicos por 1000 habitantes
			Número de consultas médicas (SUS) por habitante
	Morbidade		Taxa de incidência de Hipertensão
	Fatores de Risco e Proteção		Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo nos seis primeiros meses de vida
			Percentual de Nascidos Vivos com Baixo Peso no último triênio
	Mortalidade	Taxa de Anos Potenciais de Vida Perdidos-APVP/óbito registrado	
		Evolução da Taxa de Mortalidade por Neoplasias Malignas (câncer) no último triênio	
	Cultura	Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura	Adesão ao Sistema Nacional de Cultura
			Existência de Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Material ou Imaterial
			Existência Conselho Municipal de Cultura atividade
		Iniciativas da Sociedade	Existência de Grupos Artísticos
			Infra estrutura Cultural
	Recursos Investidos na Cultura	Investimento Per Capita em Cultura	
	Habitação	Estrutura de Gestão para Políticas Habitacionais	Existência de Plano Municipal de Habitação
Existência Conselho Municipal de Habitação atividade			
Existência de Fundo Municipal de Habitação			
Existência de Cadastro ou Levantamento de Famílias Interessadas em Programas de Habitação			
Qualidade Habitacional		Percentual Domicílios c/energia elétrica de companhia distrib.	
		Percentual de Domicílios com banheiro de uso exclusivo	
		Densidade Excessiva de Moradores por Dormitórios/ Domicílios	
Econômica	Nível de Renda	Remuneração Média dos Trabalhadores Formais	
		Percentual de Domicílios em Situação de Pobreza	
	Dinamismo Econômico	Evolução Área Liberada para Construção último triênio	
		Evolução dos Empregos Formais no último triênio	
		Evolução Média do PIB no último triênio	
	Agregação de Valor Econômico	PIB per capita	
		Evolução Média do Valor Adicionado no último triênio	
Ambiental	Cobertura de Saneamento Básico	Média de Crescimento do ISS no último triênio	
		Percentual de Domicílios Atendidos Direta ou Indiretamente por Coleta de Lixo	
		Percentual Domicílios Atendidos por Rede Pública Água	
	Estrutura de Gestão Ambiental	Efetividade da Estrutura de Gestão Ambiental	
		Efetividade do Conselho Municipal de Meio Ambiente	
	Preservação Ambiental	Depósito de Lixo em Locais Licenciados	
Áreas Matas e Florestas Naturais Preservadas em Propriedades Rurais			

Político Institucional	Finanças Públicas	Capacidade de Arrecadação	Receita Corrente Líquida Per Capita
			Percentual receita própria s/Receita Corrente Líquida
		Capacidade de Investimento	Investimento público per capita
			Investimento público s/Receita Corrente Líquida
	Saúde Financeira		Suficiência de Caixa
			Percentual Receita comprometida com Folha de Pessoal
		Articulação com o exterior	Participação em Consórcios Intermunicipais
			Participação em Colegiados Intermunicipais
	Gestão Pública	Capacidade de Planejamento	Existência de Planos de Desenvolvimento Setoriais
		Qualidade do Quadro Funcional	Percentual de Servidores com Curso Superior
		Qualidade da Gestão de Pessoas	Existência de Plano de Cargos e Salários
			Existência de Plano de Capacitação de Servidores
	Participação Social	Capital Social	Existência de Organizações Representativas da Sociedade Civil
		Gestão Democrática	Existência de Conselhos Municipais Paritários
		Participação Eleitoral	Percentual de Participação nos Pleitos Eleitorais
		Participação Feminina	Percentual de Mulheres Vereadoras

Quadro 3 – Composição do IDMS

Fonte: FECAM (2014).

4 | REFLETINDO SOBRE OS ÍNDICES IDH-M, IFDM E IDMS

Em relação ao IDH-M, comparativamente, os municípios, (conforme Tabela 2) mostram evolução positiva em seus índices, com Chapecó em primeiro no *ranking*, especialmente pelas dimensões da educação e renda *per capita*, sendo que na dimensão longevidade o município de Maravilha se sobressai.

Quanto aos municípios objeto deste estudo (Tabela 2), Cordilheira Alta possui o melhor índice de IDH-M nas dimensões longevidade e educação, e igual a Flor do Sertão na dimensão de renda *per capita*.

Em relação ao IFDM, embora com algumas oscilações, os municípios mostram evolução positiva, com exceção da dimensão de emprego e renda no município de Flor do Sertão. A variação negativa desta dimensão no município de Flor do Sertão é significativa, no período de 2009 para 2010, exigindo um estudo mais aprofundado das razões desta variação. Se compararmos o IDH-M, que mostra Flor de Sertão com um bom desempenho na dimensão renda *per capita*, com o baixo desempenho da dimensão emprego e renda expressa no IFDM, pode-se sugerir questionamentos.

Quanto ao ranking do índice IFDM, Chapecó aparece com a melhor classificação, especialmente pela dimensão de emprego e renda, sendo que nas dimensões educação e saúde, Maravilha se destaca. Já quanto ao município de Cordilheira Alta, este possui o melhor IFDM, especialmente nas dimensões de educação e emprego e renda, enquanto que o município de Flor do Sertão aparece com ótima classificação na dimensão de saúde.

Em relação ao IDMS, que reúne o maior número de indicadores e variáveis

em sua composição, identificou-se em todos os municípios oscilações na evolução de 2012 para 2014. No IDMS 2014, o município de Maravilha aparece com a melhor classificação entre os quatro municípios, com destaque para as dimensões ambiental e sociocultural. Chapecó aparece em segundo, sem destaque em qualquer das dimensões, com Flor do Sertão em terceiro e destaque na dimensão político-institucional e por último, Cordilheira Alta com destaque na dimensão econômica.

Estabelecendo o *ranking* entre os quatro municípios apresentados, utilizando o IDMS (2012 e 2014), para se aproximar do período do IDH-M (2010) e IFDM (2011), tem-se:

<i>Ranking</i>	IDH-M (2010)	IFDM (2011)	IDMS (2012)	IDMS (2014)
1º	Chapecó	Chapecó	Chapecó	Maravilha
2º	Maravilha	Maravilha	Maravilha	Chapecó
3º	Cordilheira Alta	Cordilheira Alta	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
4º	Flor do Sertão	Flor do Sertão	Flor do Sertão	Cordilheira Alta

Quadro 4 - Ranking dos índices entre os quatro municípios apresentados – 2010/2014

Fonte: organizado pelos autores com base em IBGE (2010); FECAM (2014).

Verificando-se o Quadro 4, a partir dos dados disponíveis, verifica-se que quando é aplicado o IDMS 2012 na comparação, todos os índices se equivalem na ordem de classificação. Quando colocado o IDMS 2014, mostra uma mudança no *ranking* de classificação, evidenciando uma inversão na ordem dos municípios no período de 2012 para 2014 em relação ao IDMS. Então, uma das questões levantadas a partir da apresentação destes índices é: quais as mudanças tão significativas que aconteceram nestes municípios que propiciaram a inversão da ordem de classificação, no espaço temporal de dois anos?

Por outro lado, analisando o *ranking* de acordo com as dimensões avaliadas de cada índice, utilizando o IDH-M 2010, o IFDM 2011 e o IDMS 2012:

Índice	IDH-M (2010)			IFDM (2011)			IDMS (2012)			
	L(s)	Ed	R _(pc)	S	Ed	E/R	SC	E _(R)	A	PI
<i>Chapecó</i>	2	1	1	3	3	1	3	3	1	2
<i>Maravilha</i>	1	2	2	1	1	2	2	2	2	4
<i>Cordilheira Alta*</i>	3 ⁽¹⁾	3 ⁽¹⁾	4 ⁽²⁾	4 ⁽²⁾	4 ⁽²⁾	3 ⁽¹⁾	4 ⁽²⁾	1 ⁽¹⁾	3 ⁽¹⁾	3 ⁽²⁾
<i>Flor do Sertão*</i>	4 ⁽²⁾	4 ⁽²⁾	3 ⁽¹⁾	2 ⁽¹⁾	2 ⁽¹⁾	4 ⁽²⁾	1 ⁽¹⁾	4 ⁽²⁾	4 ⁽²⁾	1 ⁽¹⁾

Tabela 3 - Ranking de acordo com as dimensões avaliadas do IDH-M, o IFDM e o IDMS.³

Fonte: organizado pelos autores com base em dados do IBGE (2010); FECAM (2014).

Neste desmembramento dos índices, observam-se divergências. Por exemplo, verificando a avaliação da “educação” como componente dos diferentes índices. No

caso do IDMS desmembrando a subdimensão educação da dimensão sociocultural do IDMS 2012, tem-se:

Educação	IDH-M (2010) Educação	IFDM (2011) Educação	IDMS (2012) Educação
<i>Chapecó</i>	1	3	4
<i>Maravilha</i>	2	1	3
<i>Cordilheira Alta</i>	3	2	2
<i>Flor do Sertão</i>	4	4	1

Tabela 4 – Subdimensão educação

Fonte: organizado pelos autores com base em IBGE (2010); FECAM (2014).

Nota-se que as ordens estão completamente distintas para educação, sendo que no IDMS é exatamente em ordem inversa ao IDH-M.

Quando se compara o componente “saúde”, utilizando a dimensão longevidade do IDH-M, e desmembrando a subdimensão saúde da dimensão sociocultural do IDMS 2012, encontramos novamente classificações distintas:

Saúde	IDH-M (2010) Longevidade	IFDM (2011) Saúde	IDMS (2012) Saúde
<i>Chapecó</i>	2	3	3
<i>Maravilha</i>	1	1	2
<i>Cordilheira Alta</i>	3	4	4
<i>Flor do Sertão</i>	4	2	1

Tabela 5 – Subdimensão saúde

Fonte: organizado pelos autores com base em IBGE (2012).

Quando se verifica a dimensão “econômica”, considerando renda *per capita* no IDH-M e emprego e renda no IFDM, encontra-se, novamente, classificações distintas, com uma aproximação entre os índices IDH-M e IFDM:

Econômica	IDH-M (2010) Renda per capita	IFDM (2011) Emprego e Renda	IDMS (2012) Econômica
<i>Chapecó</i>	1	1	3
<i>Maravilha</i>	2	2	2
<i>Cordilheira Alta</i>	4	3	1
<i>Flor do Sertão</i>	3	4	4

Tabela 6 – A dimensão econômica

Fonte: organizado pelos autores com base em IBGE (2012).

Assim, mesmo que o Quadro 4, IDH-M 2010, IFDM 2011 e IDMS 2012, mostra igual ordem de classificação dos quatro municípios, observa-se que os componentes dos índices (dimensões, subdimensões, indicadores) quando avaliados individualmente e comparados entre si, apresentam resultados distintos.

Esta análise se torna mais rica quando são considerados outros dados ou

indicadores levantados pelo censo do IBGE e de outras fontes.

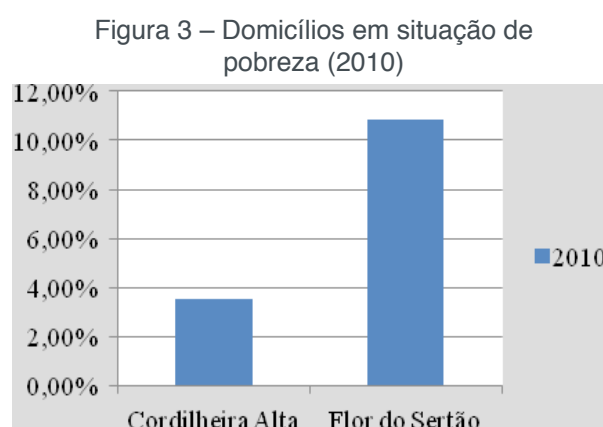
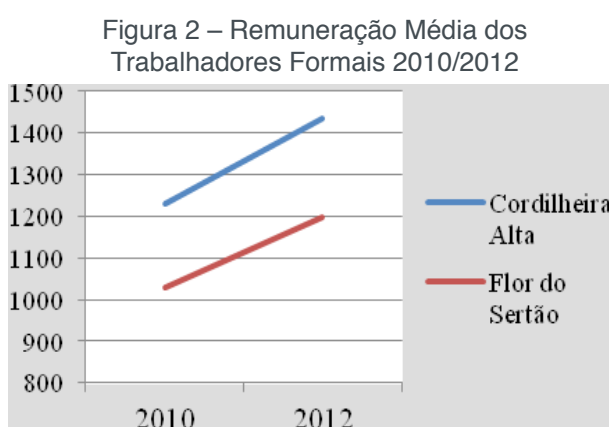
5 | ALGUNS COMPONENTES DO IDMS

Identificou-se alguns indicadores e variáveis dentre os 62 que compõem o IDMS, que representam potencialidades ou gargalos na composição deste índice utilizado pela FECAM para avaliar o desenvolvimento municipal. Na análise procurou-se contemplar os indicadores que demonstram algum tipo de potencialidade ou gargalo significativo para a identificação de um problema em algum componente das dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político institucional. Veja indicadores de renda (Tabela 7, Gráfico da Figura 2):

Variáveis:	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Remuneração Média dos Trabalhadores Formais (R\$) –2012	1.434,17	1.196,70
Percentual de Domicílios em Situação de Pobreza (%) – 2010	3,50	10,87

Tabela 7 - Indicador nível de renda

Fontes: FECAM (2014).



Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014).

Nos gráficos do da Figura 2, percebe-se que, a baixa média de remuneração dos trabalhadores formais do município de Flor do Sertão, pode ser um condicionante para o alto grau de pobreza em comparação ao município de Cordilheira Alta.

Variáveis	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Evolução dos Empregos Formais no triênio 2010/2012(%)	13,94	40,25
Evolução Média do PIB no triênio 2010/2012 (%)	14,43	8,48
PIB per capita (R\$)	42.487,44	13.543,86

Tabela 8 – Indicador dinamismo econômico

Fonte: FECAM (2014).

Os dados dos gráficos abaixo reforçam as informações anteriores, e mostram que, no município de Flor do Sertão, mesmo com um aumento significativo nos empregos

formais, o PIB *per capita*, não demonstra a mesma evolução.

Figura 4 – Empregos Formais no triênio (2010, 2011 e 2012)

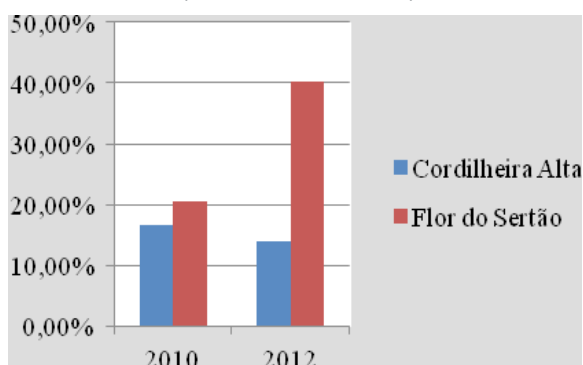
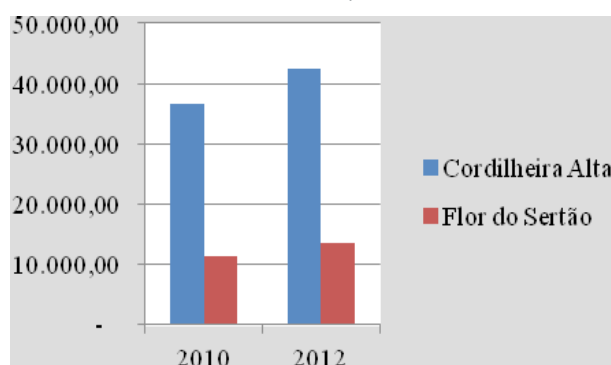


Figura 5 – PIB per capita (Anos de 2010, 2011 e 2012)



Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014).

Conforme a Tabela 8, se for comparado o comportamento da evolução dos empregos formais com o crescimento do ISS (Figura 7), percebe-se que, de certa forma, os municípios, seguem em ritmos opostos, ou seja, enquanto Cordilheira Alta teve uma redução nos índices de crescimento do ISS dos últimos três anos, Flor do Sertão teve um significativo avanço, principalmente no que tange o crescimento do ISS.

Variáveis:	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Evolução Média do Valor Adicionado no triênio 2010/2012 (%)	14,84	13,98
Média de Crescimento do ISS no triênio 2010/2102 (%)	16,41	26,28

Tabela 9 – Indicador agregação de valor econômico

Fonte: FECAM (2014).

Figura 6 – Valor Adicionado no último triênio

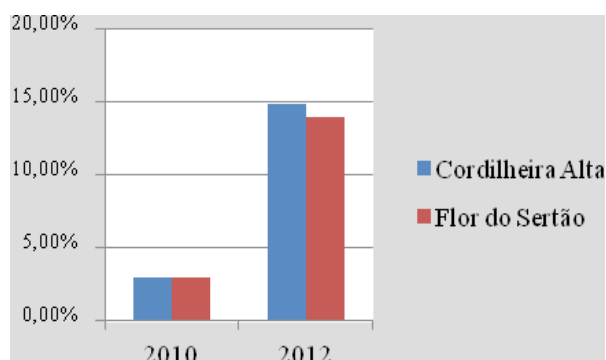
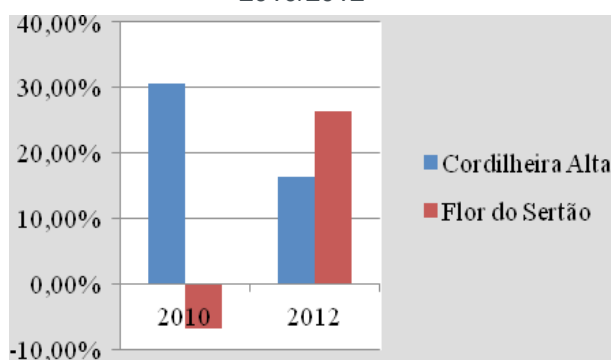


Figura 7 – Crescimento do ISS no triênio 2010/2012



Fonte: Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014).

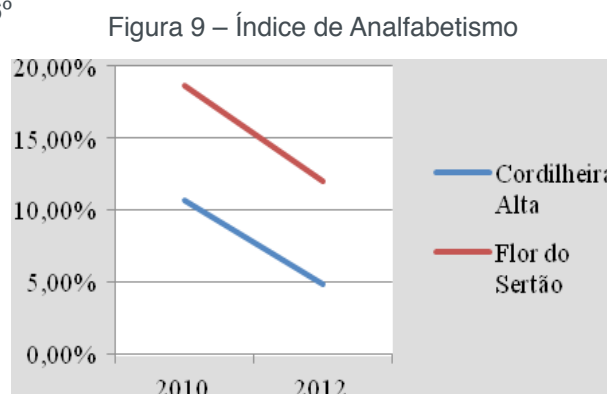
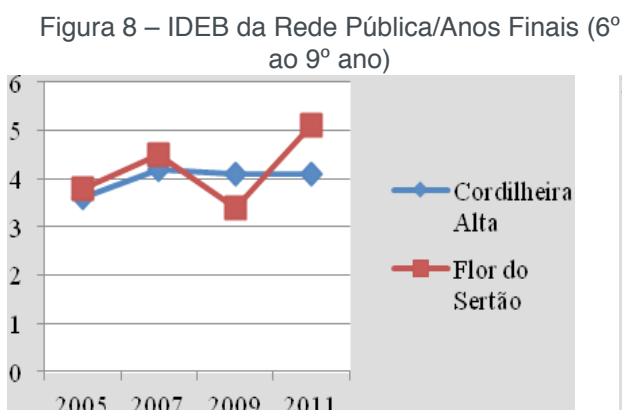
Se for comparado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública nos anos finais, representado no gráfico da Figura 8, e relacionar com o índice de analfabetismo (gráfico da Figura 9), percebe-se que no município de Flor do Sertão, esses índices se complementam, ou seja, o aumento do índice do IDEB reflete na queda do índice de analfabetismo, o que não acontece com o município

de Cordilheira Alta, onde mesmo com a redução do analfabetismo, o IDEB continuou constante.

Variáveis	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
IDEB da Rede Pública - Anos Finais (6º ao 9º ano) (Índice)	4,10	5,10
Índice de Analfabetismo (%)	4,86	11,97

Tabela 10 – Indicador qualidade da educação

Fonte: FECAM (2014).



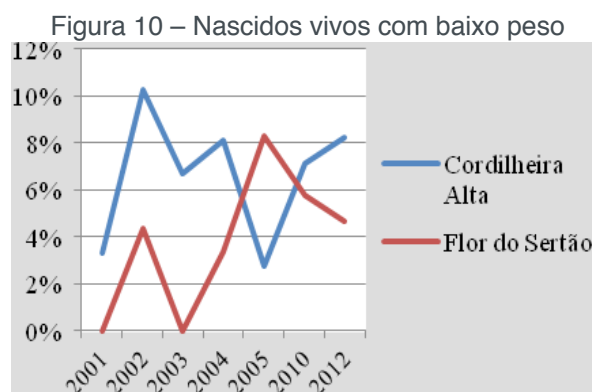
Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014).

Variáveis	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Percentual de Nascidos Vivos com Baixo Peso	8,26	4,65

Tabela 11 – Indicador fatores de risco e proteção

Fonte: FECAM (2014).

Enquanto que a Tabela 7 e o gráfico da Figura 3, apresentados anteriormente, demonstram um alto grau de domicílios em situação de pobreza no município de Flor do Sertão em relação a Cordilheira Alta, o gráfico da Figura 10 (abaixo), de certa forma, coloca um ponto de interrogação nesse índice, pois aponta uma significativa redução nos índices de nascidos vivos abaixo do peso em Flor do Sertão e aumento nos índice de Cordilheira Alta, dados que podem ter relação com a qualidade da alimentação e atendimento à saúde.



Fonte: Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014).

Variáveis	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Evolução da Taxa de Mortalidade por Neoplasias Malignas	46,04	114,25

Tabela 12 – Indicador Mortalidade por Neoplasias Malignas

Fonte: FECAM (2014).

Mesmo com índices positivos no IDMS – saúde (2012), o município de Flor do Sertão apresenta um aumento significativo nos índices de mortalidade por neoplasias malignas (Figura 11).

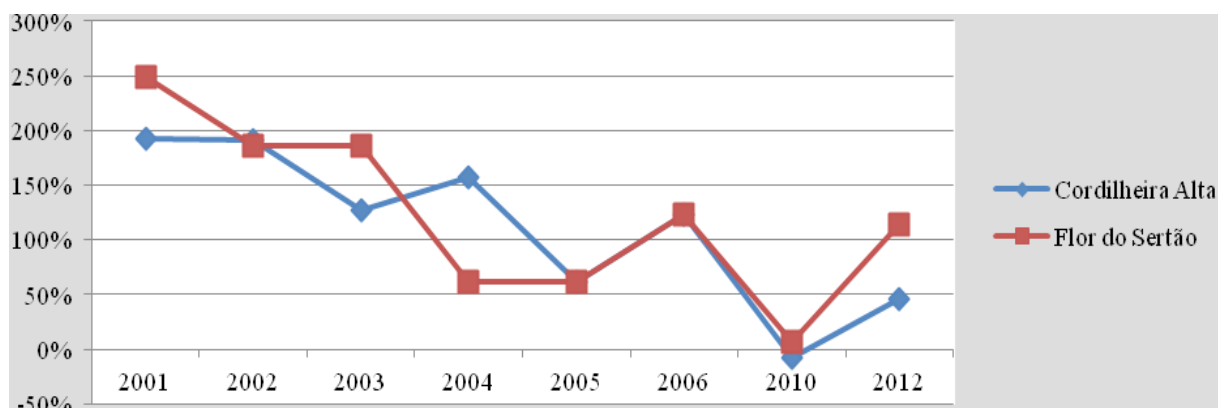


Figura 11 – Evolução da Taxa de Mortalidade por Neoplasias Malignas

Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014).

A situação município de Flor do Sertão apresentar um aumento significativo nos índices de mortalidade por neoplasias malignas, se torna mais agravante quando utiliza-se a taxa de mortalidade infantil (Tabela 13), indicador referência da Organização Mundial da Saúde para avaliar a Atenção Básica em saúde.

	Chapecó	Cordilheira Alta	Flor do Sertão	Maravilha
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos – 2010	8,4 ⁽¹⁾	27,8 ⁽³⁾	55,6 ⁽⁴⁾	11,2 ⁽²⁾

Tabela 13 – Indicador Mortalidade

Fonte: FECAM (2014).

No que se refere a participação interna e externa no movimento econômico, o gráfico da Figura 13, da Receita Própria em relação a Receita Corrente Líquida, Cordilheira Alta, possui um índice melhor, mesmo havendo redução no último triênio. O que contrapõe esses dados é o índice de Receita Líquida per capita (Tabela 14), onde Flor do Sertão leva uma significativa vantagem.

Variáveis	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Receita Corrente Líquida Per Capita (R\$)	4.524,68	5.215,72
Percentual de receita própria sobre a Receita Corrente Líquida	5,30	2,93

Tabela 14 – Indicador capacidade de arrecadação

Fonte: FECAM (2014).

Figura 12 – Receita Corrente Líquida *Per Capita*

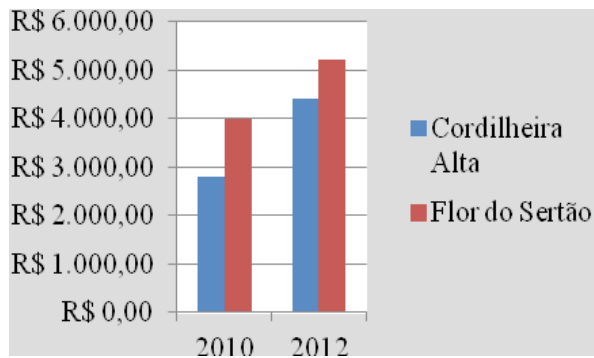
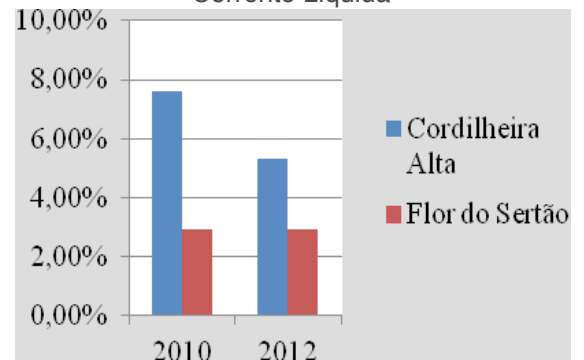


Figura 13 – Receita própria sobre a Receita Corrente Líquida



Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014).

O investimento público do município de Flor do Sertão é significativamente maior do que Cordilheira Alta, conforme demonstra a Tabela 15 e as Figuras 14 e 15.

Variáveis:	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Investimento público per capita (R\$)	556,44	1.095,29
Investimento público sobre a Receita Corrente Líquida (%)	12,30	21,00

Tabela 15 – Indicador capacidade de investimento

Fonte: FECAM (2014).

Figura 14 – Investimento público *per capita*

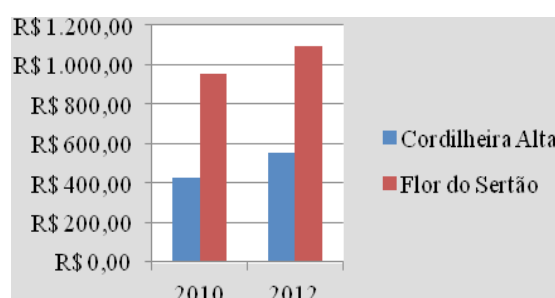
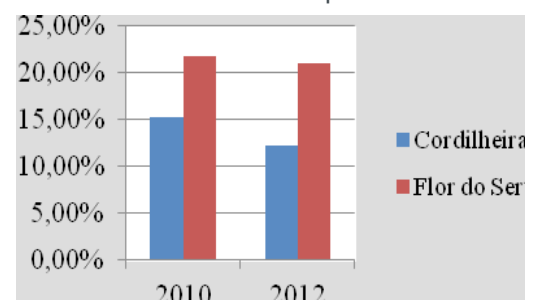


Figura 15 – Investimento público sobre a Receita Corr. Líq.



Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014).

Variáveis	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Percentual da Receita comprometida com Folha de Pessoal (%)	31,97	38,20

Tabela 16 – Indicador saúde financeira

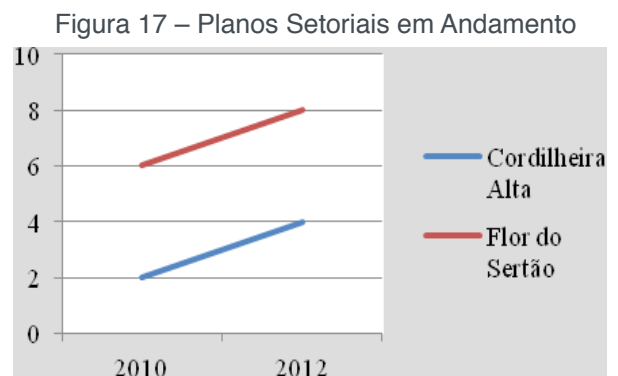
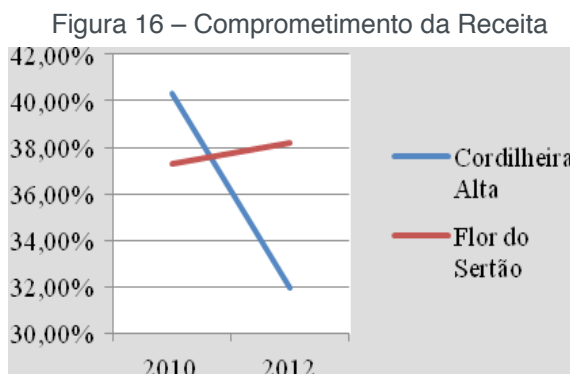
Fonte: FECAM (2014).

Variáveis	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Existência de Planos de Desenvolvimento Setoriais (Índice)	4,00	8,00

Tabela 17 – Indicador capacidade de planejamento

Fonte: Dados Primários declarados pelas prefeituras municipais (2014).

Quanto ao comprometimento da receita com o funcionalismo público, percebe-se que com uma drástica redução no percentual comprometido (Figura 16), o município de Cordilheira Alta desenvolve menos programas setoriais de desenvolvimento (Figura 17), em relação à Flor do Sertão.



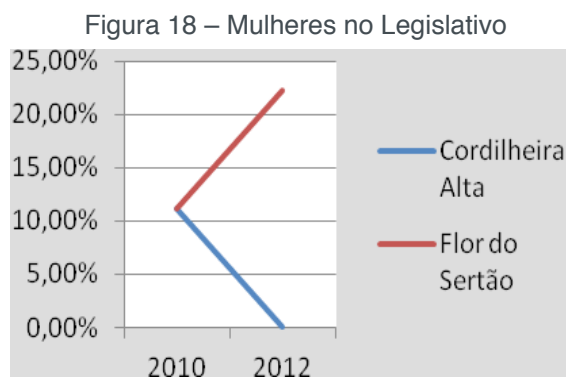
Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014); Dados Primários declarados pelas prefeituras municipais (2014).

Variáveis:	Cordilheira Alta	Flor do Sertão
Percentual de Mulheres Vereadoras (%)	0,00	22,22

Tabela 18 – Indicador participação feminina

Fonte: FECAM (2014).

Os dados dos gráficos abaixo, quando relacionados, mostram que a participação feminina no legislativo, em tese, reflete em uma participação mais efetiva da mulher na política do município de Flor do Sertão.



Fonte: organizado pelos autores com base em FECAM (2014).

De acordo com a metodologia das variáveis do Índice de Desenvolvimento

Municipal Sustentável (IDMS), são adotados pesos iguais para as quatro dimensões, sendo “calculado a partir da média aritmética dos índices de cada dimensão” e estes “calculados pela média ponderada das subdimensões”, conforme pesos atribuídos a cada uma. Os valores das subdimensões “são calculados pela média aritmética dos indicadores, que, por sua vez, são calculados pela média aritmética das variáveis” (FECAM, 2014).

Considerando-se que para cada subdimensão avaliada (educação, saúde, cultura, habitação, economia, meio ambiente, finanças públicas, gestão pública e participação social) tem-se indicadores reconhecidos oficialmente, é possível que ao escolher-se um grupo de indicadores dentre tantos, para compor o índice, tenha-se números, que não expressam o grau de desenvolvimento de um município, e ainda mais grave, quando estabelece *ranking* de premiação baseado neste cálculo.

Como exemplo, pode-se citar a subdimensão da saúde. De acordo com a Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA, 2008), identifica-se mais de uma centena de indicadores que poderiam ser utilizados, dependendo do objetivo específico desejado.

O IDMS utiliza como indicadores da cobertura da Atenção Básica, a população atendida por Equipes de Saúde Bucal e o percentual populacional com cobertura da Estratégia da Saúde da Família (ESF), e como indicadores de recursos na saúde, a proporção de médicos por 1000 habitantes e número de consultas médicas (SUS) por habitante. Destes, a RIPSA reconhece como indicador de cobertura somente o número de consultas médicas (SUS) por habitante. A RIPSA cita um total de 16 indicadores de cobertura em saúde. Esses indicadores, estão intrinsecamente associados, sendo que os dois municípios estudados apresentam 100% de cobertura, pois um médico, um odontólogo, um enfermeiro, auxiliares e agentes comunitários de saúde já garantem a cobertura total, enquanto que municípios maiores não conseguem este percentual. Portanto, se compararmos municípios de porte diferente com estes indicadores, teremos distorções.

Em relação à morbidade e fatores de risco, a RIPSA cita 44 indicadores. O IDMS utiliza a taxa de incidência de Hipertensão diferente da RIPSA que utiliza a taxa de prevalência de hipertensão, utilizando-se de cálculos diferentes, além dos indicadores de prevalência de aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses de vida e do percentual de Nascidos Vivos com Baixo Peso no último triênio.

Em relação à mortalidade, a RIPSA utiliza 19 indicadores. O IDMS utiliza como indicadores, a taxa de Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) por óbito registrado e a evolução da taxa de mortalidade por Neoplasias Malignas (câncer) no último triênio. A questão que se apresenta é: caso substituirmos nesta composição do IDMS os atuais indicadores por outros reconhecidos pela RIPSA, haveria mudanças no indicador? A resposta é afirmativa.

Um exemplo: Se utilizarmos como indicador de Atenção Básica ou Mortalidade, a Taxa de Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos, indicador reconhecido

internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em substituição a Taxa de Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) por óbito registrado, mudamos o índice significativamente, conforme a Tabela abaixo, pois Flor do Sertão deixaria de ser a primeira neste indicador para ser a quarta e Chapecó o primeiro em vez de quarto.

	Chapecó	Cordilheira Alta	Flor do Sertão	Maravilha
Taxa de Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) por óbito registrado – 2010	0,530 ^{(4ª)*}	0,581 ^{(3ª)*}	0,785 ^{(1ª)*}	0,683 ^{(2ª)*}
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos – 2010	8,4 ^{(1ª)*}	27,8 ^{(3ª)*}	55,6 ^{(4ª)*}	11,2 ^{(2ª)*}

Quadro 5 – Mortalidade e nascidos vivos

Fonte: Quadro organizado pelos autores com base em Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2011; SEBRAE 2013.

**ranking* de colocação entre os quatro municípios em cada indicador.

Pode-se fazer diferentes leituras das Tabelas e Quadros apresentados, que demonstram diversas contradições nas comparações entre os diferentes índices. Em contrapartida, é inegável a importância dos indicadores como “medidas-síntese” por conter informações relevantes sobre determinada ação que se pretende avaliar.

Elaborar um indicador que tenha qualidade é um processo complexo, exigindo cálculos, variáveis adequadas e oriundas de fontes ou base de dados confiáveis, sendo assim, mais complexo ainda é a composição de índices de desenvolvimento.

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado (FERREIRA, CASSIOLATO E GONZALES, 2009).

O processo de gestão contempla o Planejar, o Executar, o Avaliar e o Adequar (PDCA), constituindo um ciclo de melhoria contínua, eficácia e eficiência. A prática municipal deve contemplar os indicadores como ferramentas de avaliação das ações, metas, objetivos ou programas, sem necessidade de competir com outros municípios, utilizando-se de índices cujas variáveis podem promover falseamento de classificação.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Jannuzzi (2012, p.141), “os avanços na produção das estatísticas e dos indicadores sociais no país ao longo do século XX foram bastante expressivos”.

A temática aqui abordada é bastante instigante, sobretudo se, por um lado forem consideradas as instituições envolvidas na produção e divulgação dos diversos indicadores, e por outro lado, a possibilidade de se questionar a metodologia praticada

na produção de tais estatísticas e/ou tentativas de mensuração do processo de desenvolvimento.

Por exemplo. E, a partir do exercício apresentado neste artigo, assim como, a tentativa de mensuração do desenvolvimento de um município através da composição ou cálculo de diferentes variáveis ou indicadores que procuram representar a realidade local em seus aspectos ou dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais, dentre outras.

O objetivo desta reflexão, tal como exercício teórico a partir de dados de instituições oficiais tem a pretensão de remeter a uma reflexão, não sobre a confiabilidade dos índices, mas pela forma de compilação desses dados, que permitem interpretações difusas da realidade local.

Quando se fala em construção de uma sociedade sustentável, deixa-se de pensar unicamente em retorno financeiro e passa-se a valorizar um processo de desenvolvimento mais sustentável. Neste caso, naturalmente podem surgir questionamentos sobre a mensuração dessa perspectiva de desenvolvimento. Logo, é importante salientar que não adianta tentar estabelecer uma fórmula ideal ou uma construção matemática específica, se tal temática e, sobretudo, se não for explicitamente descrita a apresentação de alguns (senão de todos os possíveis e necessários) aspectos conceituais sobre o significado, a construção, os critérios de classificação, de propriedades e de uso dos indicadores nas políticas públicas. Se considerar o as dimensões deste artigo, por exemplo, na análise de algumas variáveis do IDMS dos municípios que foram objeto do estudo, onde os dados, muitas vezes, se contradizem, não refletindo a realidade local e sem referenciais teóricos-metodológicos que auxiliem no entendimento de tais disparidades.

Em um estudo feito em 2008 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Comissão econômica da Organização das Nações Unidas e do Gabinete de Estatística da União Européia, sobre a construção de um índice de Desenvolvimento Sustentável, contatou-se que um novo conjunto de variáveis precisa ser considerado e que contemple o “bem estar fundamental”, com indicadores de fluxo em áreas essenciais para o bem estar da sociedade e o “bem estar econômico”, que considere as variáveis de bem estar derivados do meio econômico e das atividades de mercado.

Contudo, concorda-se com Jannuzzi (2012), ao considerar-se que:

Contudo, há muitas lacunas a se preencher e deficiências a se corrigir, especialmente quando se toma como paradigma o sistema de produção de estatísticas presentes em países desenvolvidos como os do EUA, do Canadá, ou da França, ou, ainda, sob certos aspectos, quando se tem em referência o sistema de estatísticas públicas de outros países em desenvolvimento como o Chile e o México (JANNUZZI, 2012, p.141).

Portanto, há a necessidade de indicadores municipais e de indicadores

para monitoramento de grupos sociais vulneráveis, sobretudo, no contexto da descentralização administrativa do processo de planejamento público no âmbito local. É interessante lembrar que, para tais aplicações, requer-se não apenas indicadores para o conjunto do município, mas também para seus distritos, bairros, vilas e comunidades, idealmente implantados a partir de um Sistema de Informações Geográficas. Também refere-se que, a agenda de atividade das agências estatísticas incluam, não apenas um redimensionamento da escala de referência espacial dos indicadores produzidos e a melhoria do nível de confiabilidade dos registros administrativos, mas a necessidade de ampliação do escopo temático investigado, e bases mais periódicas, garantindo a representatividade amostral de segmentos populacionais específicos e minorias (JANNUZZI, 2012, p.143). Além disso, tais demandas necessariamente passam por um reordenamento institucional no *modus operandi* da produção e disseminação das Estatísticas Públicas, estreitando os laços e relações entre a sociedade civil, universidades e a administração pública com as agências integrantes do Sistema Estatístico Nacional.

REFERÊNCIAS

FECAM. Federação Catarinense dos Municípios. **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável**: metodologia das variáveis do IDMS 2014.

FECAM. Federação Catarinense dos Municípios. **Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDEMS)**. Publicado em fevereiro de 2014 pela área de Desenvolvimento Regional da FECAM. Disponível em: < <http://indicadores.fecam.org.br/>>. Acesso dia: 25 nov. 2014.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **Índice Firjam de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: < <http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso dia: 26 nov. 2014.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

HADDAD, Paulo Roberto. A concepção de desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. et al. (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**: estudos de clusters. Brasília, DF: CNPq; Embrapa, 1999.

IBGE, Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso dia: 5 dez. 2014.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2012.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: **Documentos FEE** n.59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PNUD, Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)**. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso dia: 10 dez 2014.

_____. **Atlas de Desenvolvimento Humano dos Municípios**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios>. Acesso dia: 15 de dez. 2014.

Rede Interagencial de Informação para a Saúde (RIPSA). **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em Números**: Chapecó. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 133p.

_____. Santa Catarina em Números: Cordilheira Alta. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013.

_____. Santa Catarina em Números: Santa Catarina. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013.

_____. Santa Catarina em Números: Maravilha. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-32-1

